

2

Governança e Bem Viver³ Indígena

Planos de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas do Alto e Médio Rio Negro

- **Como anda o processo**
 - Treinamento dos pesquisadores
 - De sítio em sítio e de comunidade em comunidade
- **Próximos Passos na elaboração dos PGTA**
- **Governança do processo**





Renato Martelli Soares / ISA

Jovens lendo o Boletim Governança e Bem Viver Indígena no Rio Negro, volume 01.

Esse é o segundo volume da série **Governança Indígena Territorial e Ambiental no Rio Negro: elaboração e implementação de Planos de Gestão das Terras Indígenas do Alto e Médio Rio Negro**, organizado em parceria entre a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), Instituto Socioambiental (ISA) e Fundação Nacional do Índio (CR/ São Gabriel da Cachoeira). Pretende difundir regionalmente e registrar de forma resumida as informações e discussões realizadas nas sub-regiões do extenso e multiétnico território do alto e médio Rio Negro. Nessa edição apresentaremos, principalmente, como vem sendo o levantamento de dados e censo populacional realizado por 44 pesquisadores indígenas e colaboradores antropólogos nas comunidades e sítios da região.

As informações recolhidas nesse levantamento vão compor uma base de dados das comunidades que servirá de fonte para: propostas de políticas públicas para a região e propostas das comunidades para organização interna e governança nas comunidades e sub-regiões. É muito importante termos informações atuais da situação das comunidades para que o movimento indígena e seus parceiros possam atuar de acordo com a realidade. Nas próximas edições do boletim “Governança e Bem Viver Indígena”, os resultados do levantamento e das discussões em torno da elaboração dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental serão publicados e distribuídos nas comunidades e famílias.

Como anda o processo

Conforme informamos no primeiro volume, os PGTAs (Planos de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas) são importantes instrumentos na Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial das Terras Indígenas (PNGATI). Estes planos de diálogo intercultural e de planejamento para a gestão territorial e ambiental contam, na sua elaboração, principalmente com os povos indígenas e parceiros da sociedade civil e instâncias governamentais. Trata-se também de uma oportunidade de executar um processo coletivo de acordos entre as comunidades e de encaminhar ao Estado recomendações específicas da realidade de cada região para a aplicação de políticas públicas.

Neste volume informamos o andamento do processo de construção dos PGTAs que envolveu um treinamento com 44 pesquisadores indígenas, lideranças do movimento indígena, técnicos do Instituto Socioambiental, Funai, ICMBio e IFAM. Após o treinamento deu-se início ao levantamento de informações na grande maioria das comunidades e sítios das Terras Indígenas no Rio Negro.

O documento **PGTA** é um marco histórico, que registra de forma clara e resumida o que foi encaminhado e recomendado no processo de diálogo e acordos entre as comunidades. É desejável que seja interpretado como **processo**, e incorporado como um documento **a ser revisitado de tempos em tempos**, bem como **aprofundado e adaptado para sub-regiões e realidades diversas dentro de uma Terra Indígena**.

A PNGATI: é um decreto federal, nº 7747 de 2012 assinado pela presidência da república e pelos ministérios da justiça e meio ambiente. Seu objetivo é garantir e promover a proteção, a recuperação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais das terras e territórios indígenas, assegurando a integridade do patrimônio indígena, a melhoria da qualidade de vida e as condições plenas de reprodução física e cultural das atuais e futuras gerações dos povos indígenas, respeitando sua autonomia sociocultural, nos termos da legislação vigente.

No alto e médio rio Negro, muitas iniciativas já foram realizadas e podem orientar e aportar informações para as novas etapas de elaboração dos PGTAs. Conhecer este histórico e valorizar a memória daqueles que lutaram e lutam pelos direitos indígenas e coletivos é enriquecer o processo de bem viver no Rio Negro.

Pesquisadores, colaboradores, diretores da FOIRN e equipe ISA ao final do treinamento PGTA em São Gabriel da Cachoeira.



João Vianna / ISA

Treinamento da equipe de levantamento de informações aconteceu em São Gabriel da Cachoeira

Em agosto, na sede do ISA em São Gabriel da Cachoeira, ocorreu o treinamento das equipes de pesquisadores indígenas. Estes pesquisadores foram selecionados a partir de seus históricos de formações, trabalhos e colaborações com o manejo ambiental o movimento indígena no Rio Negro. Todos são moradores de comunidades localizadas nas Terras Indígenas do Rio Negro. Ao total são 45. Os pesquisadores estão divididos em grupos que seguem a divisão territorial desenhada pelas coordenadorias regionais da FOIRN consideradas algumas particularidades como etnias de recém contato com Hupd'äh e Yuhupdêh. Participaram do treinamento também consultores e representantes de organizações parceiras, como o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e o Instituto Federal do Amazonas (Ifam). A oficina iniciou com palestras de lideranças como Domingos Barreto, Renato Matos e Braz França que refletiram sobre temas como a política indigenista no Estado brasileiro, o controle social e projetos pilotos feitos pelas associações indígenas e parceiros, e a trajetória do movimento indígena.

Neste treinamento discutiu-se a metodologia para a participação dos moradores das comunidades e sítios durante o levantamento, treinou-se o protocolo de abordagem para as entrevistas coletivas no centro social e com cada família dos domicílios, e também o uso do aplicativo digital – ODK (*Open Data Kit*). Esse

Entrevista coletiva na Comunidade Yamado nas proximidades de São Gabriel da Cachoeira durante treinamento PGTA.



Renato Martelli Soares / ISA

aplicativo, de nome em inglês, serve para digitalizar os questionários bases das entrevistas em tablets, diminuindo o tempo dos pesquisadores em campo e posteriormente o das análises dos dados.⁽¹⁾

Para o conteúdo das entrevistas coletivas com comunidades, sítios e famílias, questionários orientadores foram elaborados e testados no primeiro semestre de 2016 e durante o treinamento.

Para o melhor aprendizado e familiaridade com os formulários em tablets e no ODK os participantes do treinamento realizaram, em duas equipes, as entrevistas coletivas e familiares em duas comunidades próximas à São Gabriel da Cachoeira: Itacoatiara Mirim (na estrada para o aeroporto) e Yamado.

O levantamento servirá para atualizar os dados populacionais e socioeconômicos, georeferenciados por comunidade, e também para evidenciar o entendimento da população sobre segurança alimentar e atendimento de serviços públicos, em especial de saúde e educação.

A seguir, parte da primeira página do formulário impresso, que orienta as entrevistas do levantamento. O formulário impresso foi utilizado para o treinamento dos pesquisadores com os temas e perguntas das entrevistas e também pode ser utilizado durante o levantamento, caso haja algum imprevisto com os equipamentos e ou recarga de energia.

(1). A Plan Brasil (www.planbrasil.com) foi contratada pelo ISA para a aplicação dos questionários em ODK e posterior organização e validação dos dados do levantamento e censo.



Levantamento PGTAs Alto e Médio Rio Negro (agosto de 2016)

Esse formulário foi pensado para ser utilizado no processo de elaboração dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental das TIs do Alto e Médio Rio Negro, no âmbito de uma parceria entre FOIRN, ISA e FUNAI. Considerando que essas instituições atuam na região há muitos anos procedendo com pesquisas, levantamentos e diagnósticos, esse formulário pretende dar suporte para uma atualização de dados populacional e sobre a estrutura organizacional e física das comunidades, bem como, coletar informações sobre alguns temas prioritários para a gestão e manejo de recursos, tais como: pesca, roça e itens comercializáveis. O formulário deve ser preenchido pelo responsável local da pesquisa (pesquisador indígena) em comum acordo com o capitão e moradores da comunidade. As partes I e II podem ser completadas a partir de uma visita do pesquisador na comunidade e conversa com o capitão e agente de saúde, caso seja necessário o pesquisador pode tirar dúvidas na reunião coletiva. Para as partes III a VII, o pesquisador precisa entrevistar os moradores da comunidade em uma reunião (quinhampira) coletiva, convocada previamente pelo capitão/administrador. Algumas questões ainda, da última seção, devem ser respondidas por um adulto de cada família.

O pesquisador deve solicitar ao Agente de Saúde copiar os dados das fichas do DSEI que ele(a) preenchem, mediante apresentação de uma carta de ciência do próprio DSEI.

O formulário é dividido em duas seções e oito partes:

☀ Primeira Seção – Com a comunidade

- I - Informações gerais e circunstâncias da conversa coletiva
- II - Censo Populacional e Mobilidade
- III - Educação Escolar
- IV - Comunicação e Infraestrutura
- V - Saúde e violência
- VI - Políticas e benefícios sociais
- VII - Iniciativas e Governança da comunidade e associação

☀ Segunda Seção – Com as famílias (Entrevistas domiciliares)

- VIII - Economia:
 - a) Pesca
 - b) Caça
 - c) Roça
 - d) Extrativismo/coleta
 - e) Consumo e segurança alimentar
 - f) Mobilidade e benefícios sociais por família



Aloisio Cabalzar / ISA

Pesquisadores PGTA em trabalho de grupo durante o Treinamento na sede do ISA em São Gabriel da Cachoeira.



Adelina A. Sampaio, CAIARNX

Adilma Lima Sodré, COIDI

Alberto E. Camico, CAIARNX

Alcimar S. Rezende, Entorno de SGC

Antonio C. Baltazar, CAIARNX

Orlando Andrade Fontes, CAB

Pascoal Gonçalves Filho, CAIARNX

Plinio Guilherme Marcos, CAB

Rogelino da Cruz Alves Azevedo, COITUA

Rosivaldo Lima Miranda, COITUA

Armindo S. Francisco, CAB

Cleocimara R. Gomes, CAIMBRN

Edmar F. Sanches, COIDI

Estevão Monteiro Pedrosa, COITUA

Eucimar dos Santos Aires, CAIMBRN

Roberval Sambrano Pedrosa, COITUA

Silvério da Silva de Lima, CAB

Vamberto Plácido Rodrigues, CAIMBRN

Walter Lopus da Silva, CAB

Wilson Julio Quincas, CAB

Everaldo Bruno Garcia, CAIMBRN

Gabriel Ribeiro dos Santos, CAIARNX

Germano J. B. Campos, COITUA

Horipio Emilio Pacheco, CAB

Ismael Pimentel dos Santos, COITUA

Yolanda Apolinário Venceslau, CAB

Pesquisadores sem retrato até o momento:
Antonio Ramos, COIDI
Lucas R. da Silva, CAIMBRN
Nivaldo Castilho, COIDI

Pesquisadores embarcam para a Comunidade Yamado durante Treinamento em São Gabriel da Cacheira.
Renato Martelli Soares/ ISA

Jaciel José Prado Freitas, COIDI

João Claudio, CAB

João Florentino da Silva, CAB

Jonilson Lelis Gonçalves, COIDI

José Sidney V. Meireles, COITUA

Larissa Duarte, COITUA

Leniza Marques Ramos, COITUA

Lucas Alves Bastos, COITUA

Luis Gilberto Rodrigues, COIDI

Madalena Costa Horácio, CAIMBRN

Marcelo Fernandes Piloto, CAB

Mateus Gomes Macedo, COITUA

Maurício Garcia Sanches, CAB

Mauro Pedrosa, Entorno de SGC

Nilson Melgheiro Farias, CAIARNX

Viajar por toda a região do Rio Negro não é fácil nem barato. Mobilizar dezenas de comunidades, trabalhar em conjunto com Agentes Indígenas de Saúde, professores, lideranças e famílias exigiu uma grande mobilização logística e dedicação dos participantes.

De sítio em sítio e de comunidade em comunidade: relatos do levantamento nas Terras Indígenas

Após o treinamento, as equipes foram para campo. Viajar por toda a região do Rio Negro não é fácil nem barato. Mobilizar dezenas de comunidades, trabalhar em conjunto com Agentes Indígenas de Saúde, professores, lideranças e famílias exigiu uma grande mobilização logística e dedicação dos pesquisadores, pilotos e equipes das instituições participantes. Conheça um pouco mais destes trabalhos:

Alto Uaupés

Os pesquisadores Diego Rosa, Edimar Sanches e Luiz Gilberto partiram de São Gabriel da Cachoeira no dia 03 de setembro em direção ao alto Uaupés. A partir da comunidade de Itaiapu até a comunidade de Querari fizeram paradas para entregar cartas de apresentação aos capitães das comunidades e sítios, e agendar um dia de reunião com os moradores para apresentação e discussão do PGTA e levantamento de dados sobre a comunidade e as famílias.

Após entregar as cartas e agendar as reuniões, os pesquisadores fizeram uma divisão de tarefas para o mês de setembro: Diego e Gilberto ficaram responsáveis de fazer o levantamento nas comunidades de Querari, Açaí, Yauaretê-Ponta (sítio), Taracuá-Ponta, Taína, Jutica e Jacaré. Edimar Sanches ficou responsável de fazer o levantamento no sítio de Matapi Brasil, e as comunidades Caruru Cachoeira, Poraquê-Ponta e Ilha

de Inambú. Em outubro os pesquisadores se reuniram em Caruru Cachoeira para revisar o trabalho feito até então, e planejar o levantamento no restante das comunidades. Partiram no dia 06 para fazer o levantamento em Arara Cachoeira, Ilha do Japú, Periquito, Ilha de Tamancuaré, Ji Ponta, Ilha de Arumã (o nome atual desse sítio é São Pedro), Cuiubi, Ira Ponta, Santa Rosa, Mirapireira, Urubu Porto, Piranha Ponta, Umari Cachoeira, Miriti e Itaiapu. Foram ao todo 26 lugares visitados pela equipe, sendo 11 sítios e 15 comunidades.

De modo geral, o trabalho se desenvolveu satisfatório, com a participação das lideranças e moradores dos lugares visitados. A principal dificuldade encontrada pelos pesquisadores foi a ausência de muitas famílias nas comunidades, que tinham viajado para visitar parentes, votar nas eleições municipais, receber benefícios do governo em São Gabriel da Cachoeira ou fazer tratamento médico. As discussões com as comunidades também foram positivas, sendo apontadas muitas **questões locais de gestão de território** que aguardam solução, como **a falta de respeito e reconhecimento dos limites de território de cada grupo**, o que implica em **práticas de pesca, caça ou extrativismo por agentes externos às comunidades**, sem autorização das lideranças, com consequências graves para a manutenção do sustento diário de seus moradores e a vida na comunidade.



Pesquisadores PGTA em treinamento no telecentro do ISA, em São Gabriel da Cachoeira.

Iauaretê

O trabalho de levantamento de dados para a elaboração do PGTA Alto Rio Negro em Iauaretê começou no dia 14 de outubro, quando a equipe de pesquisadores Diego Rosa, Edimar Sanches, Luis Gilberto e Adilma Auxiliadora (Jonilson Lelis e Jaciel José, também pesquisadores, se juntariam a equipe na semana seguinte) participaram de reunião com lideranças indígenas de Iauaretê no salão paroquial da Igreja Matriz de São Miguel para apresentação da proposta do PGTA, da equipe e do plano de trabalho em cada comunidade.

Entre os dias 17 e 21 de outubro, a equipe fez o levantamento nas comunidades de Aparecida 1, Aparecida 2, São Miguel e Cruzeiro 2. No dia 22 de outubro os pesquisadores participaram de reunião nos centros comunitários dos bairros de Aparecida e de São Miguel, para apresentar a proposta do PGTA e aplicar um questionário para a comunidade.

Entre os dias 24 e 28 de outubro, fizeram o levantamento nas comunidades de Cruzeiro 1, Sagrado Coração de Jesus (antes conhecida como Dom Pedro Massa), São Domingos Sávio, São José,

Dom Bosco e Santa Maria. Por fim, no dia 29 de outubro, participaram de reuniões nas comunidades Cruzeiro, Dom Bosco, São Domingos Sávio, Santa Maria e São Pedro; a reunião com a comunidade de Sagrado Coração de Jesus aconteceu no dia 02 de novembro. Como nem todas as entrevistas domiciliares foram realizadas nessa primeira investida dos pesquisadores (muitos moradores não estavam em casa, seja por terem ido à roça, ou viajado à São Gabriel da Cachoeira), o trabalho estendeu-se pelo mês de novembro, conduzido por Jaciel José e Adilma Auxiliadora.

A equipe foi bem recebida nas casas e nos centros comunitários, compartilhando com os moradores de Iauaretê a importância de um Plano de Gestão Territorial e Ambiental no Alto Rio Negro. Dado que o decreto da PNGATI e o PGTA são novidades para muitas pessoas de Iauaretê, ficou a **sugestão de mais debates no distrito sobre esse decreto e a relevância de um PGTA para a região, criando assim melhores condições para um envolvimento maior das comunidades** na elaboração desse Plano.

De modo geral, o trabalho se desenvolveu satisfatório, com a participação das lideranças e moradores dos lugares visitados. A principal dificuldade encontrada pelos pesquisadores foi a ausência de muitas famílias nas comunidades.

Rio Papuri e Japu

O levantamento de dados e censo populacional para a elaboração dos PGTA do médio e alto rio Negro iniciou-se com a incursão nas comunidades Hupd'äh, nas regiões do rio Papuri, de lauaretê e do igarapé Japu, realizada entre o final de julho e a metade de setembro de 2016. Na ocasião, organizou-se uma única logística para contemplar também as comunidades do rio Papuri das etnias Tukano, Tuyuca, Desano, Pira-tapuia e Tariano, cuja aplicação do censo ficou sob responsabilidade do pesquisador indígena Nivaldo Castilho, levantamento este que deve ser complementado no mês de novembro, uma vez que uma série de comunidades dessas etnias estavam temporariamente esvaziadas devido às descidas para a cidade de São Gabriel da Cachoeira com o objetivo de resolver problemas variados.

A última vez em que empreenderam visitas em todas as comunidades Hupd'äh com a finalidade de elaborar um censo populacional tendo em vista questões espaciais e socioeconômicas foi na década de 1990, o que remonta aos trabalhos do antropólogo Jorge Pozzobon com a finalidade de demarcação da Terra indígena Alto Rio Negro. Em vista das especificidades dessa população em relação às demais do Alto Rio Negro, além das perguntas contidas no questionário comunitário e no familiar, foram elaboradas questões relativas ao deslocamento espacial, ao conhecimento de línguas e às principais causas de mortalidade infantil apontadas pelos próprios Hupd'äh. A aplicação do censo com os Hupd'äh ficou sob responsabilidade do pesquisador indígena Antonio Ramos (Hupd'äh) e do antropólogo Bruno Marques (da Universidade Federal do Rio de Janeiro

ro - UFRJ). No rio Papuri, o trabalho do censo com a população Hupd'äh não teria sido possível sem a ajuda do pesquisador indígena Nivaldo Castilho (Desano), do apoiador logístico Jeremias Lana (Tariano) e do prático e liderança indígena do alto Papuri Antonio Oribe Dias (Tukano). Para o trabalho no igarapé Japu, além dos já citados, o trabalho contou com o apoio de Américo Penedo Gonçalves (Hupd'äh). Nessa região, o censo revelou-se um verdadeiro desafio logístico, sendo o deslocamento entre as comunidades feito em grande parte a pé pelas trilhas que conectam os grupos locais hup, o que proporcionou também o registro dos modos pelos quais os Hupd'äh desta região articulam sua rede de comunidades, seus acampamentos de caça e pesca, além de uma infinidade de sítios antigos que se distribuem desde as proximidades de lauaretê até o sul do igarapé Cabari em um emaranhado de caminhos tradicionais e locais de habitação antiga e atual.

Adiantamos que **os dados do levantamento tem destacado justamente às especificidades da população Hupd'äh na região do alto Rio Negro**, bem como diferenças internas a essa população, de modo que as regiões do rio Papuri, por um lado, e de lauaretê e igarapé Japu, por outro, colocam situações diversas que também devem ser contempladas na elaboração do PGTA. Outro ponto importante, em relação aos aspectos socioeconômicos, é a evidência da concentração da população Hupd'äh em comunidades mais sedentarizadas a partir da década de 1970, com as missões salesianas, o que gerou boa parte dos **problemas alimentares presentes nas comunidades de maior densidade populacional; aspecto que não se evidencia nas comunidades menores.**



Bruno Marques

Isaque Barreto (liderança Hupd'äh da comunidade Boca do Traíra) auxiliando na trilha de volta à lauaretê depois do término do levantamento na região do igarapé Japu.

O levantamento vem somar os trabalhos que estão sendo desenvolvidos desde 2015 em algumas comunidades Hupd'äh e Yuhupd'eh (descritos no Informativo I Governança e Bem Viver Indígena) em vista da elaboração do PGTA. Ao possibilitar pesquisa, conversa e escuta em todas as comunidades dessa etnia – o que é certamente um desafio em termos de distância e acesso –, amplia-se a compreensão das diferenças dos Hupd'äh no Alto Rio Negro e dos diferentes grupos regionais Hupd'äh entre si, favorecendo em grande medida a elaboração do PGTA pelas próprias comunidades.

Baixo Uaupés e Tiquié

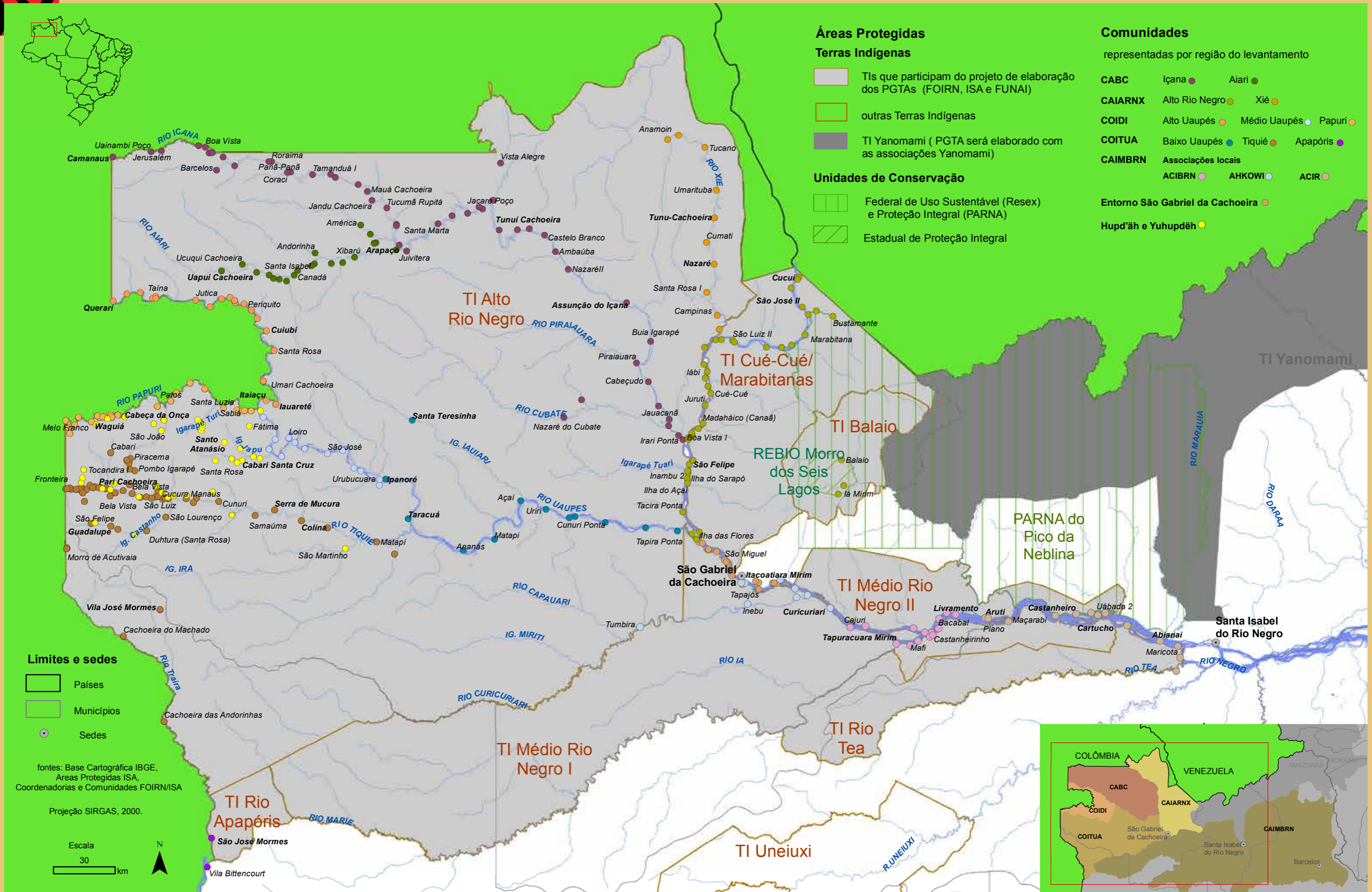
No dia 11 de setembro o barco Tawa IV, da Funai, saiu de São Gabriel da Cachoeira com destino à Taracua, baixo rio Uaupés, para encontrar o grupo de pesquisadores indígenas responsáveis pela realização do levantamento socioeconômico na região da COITUA (Coordenadoria das Organizações Indígenas do Tiquié, Uaupés e afluentes). Para essa

área são ao todo 11 pesquisadores trabalhando nos levantamentos: 8 no Médio e Alto Tiquié e 3 no Baixo Tiquié e Uaupés. Apenas as comunidades e sítios do Tiquié onde vivem os Hupd'äh não foram incluídos nesse levantamento, pois há uma outra frente de pesquisadores fazendo o levantamento específico com os grupos Hupd'äh.

Na comunidade de Ipanoré e no povoado de Taracua, no Baixo rio Uaupés, os 11 pesquisadores trabalharam juntos na aplicação dos questionários comunitários e de famílias. Depois o grupo seguiu pelo Tiquié até a comunidade Colina, onde se dividiu em cinco equipes. Os três pesquisadores do Baixo Uaupés continuaram fazendo o levantamento pelo Baixo Tiquié (a partir da comunidade Colina) e depois pelo Baixo Uaupés, até a foz. Enquanto os oito pesquisadores do Tiquié se dividiram em quatro duplas para fazer os levantamentos nas comunidades do Médio e Alto Tiquié (incluindo Pari-Cachoeira), e dos igarapés Umari e Castanha.

A dinâmica dos levantamentos foi mais ou menos a mesma em todas as comunidades pelas quais os pesquisadores passaram. Primeiro se apresentavam ao “capitão” da comunidade, que era informado sobre o censo populacional e levantamento. Depois o próprio capitão informava os outros moradores e chamava todos para uma reunião de esclarecimento com os pesquisadores. Na reunião coletiva (geralmente depois da quinhapira matinal), um dos pesquisadores indígenas explicava sobre os objetivos do levantamento e sobre o processo de elaboração do PGTA da Terra Indígena Alto Rio Negro. Em seguida realizavam a entrevista em grupo, com a presença das lideranças da comuni-

Planos de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas do Alto e Médio Rio Negro: oficinas inaugurais e levantamento em comunidades.



O levantamento mostrou, por exemplo, que na região a assistência à saúde está extremamente precária, com pouquíssimas visitas das equipes médicas nas comunidades, e uma grave **epidemia de malária**.

dade, do agente de saúde, professores e demais moradores interessados. Os pesquisadores também contaram com a colaboração dos Agentes Indígenas de Saúde para a atualização do censo demográfico da comunidade, a partir dos dados prévios disponibilizados pelo DSEI – Distrito Sanitário Especial Indígena, excluindo da lista as pessoas falecidas e os que se mudaram para outro lugar, e acrescentando os recém-nascidos e as pessoas que se mudarem para a comunidade. E por fim, a equipe ou dupla de pesquisadores se dividia para fazer as entrevistas com cada uma das famílias nos domicílios da comunidade. Na maioria das comunidades foi possível realizar a conversa coletiva e o levantamento com as famílias em apenas um dia. Somente nos povoados de Taracua e Pari-cachoeira os pesquisadores levaram cerca de três dias para concluir o trabalho.

As informações coletadas ainda serão analisadas, mas alguns problemas já chamaram a atenção dos pesquisadores. O levantamento mostrou, por exemplo, que na região a assistência à saúde está extremamente precária, com pouquíssimas visitas das equipes médicas nas comunidades, e uma grave **epidemia de malária**. Outro aspecto que chamou a atenção foi **a falta de meios de comunicação** nas comunidades: muitas ainda não possuem radiofonia, e nos poucos casos onde existem orelhões, quase sempre eles estão quebrados.

Essa dificuldade de comunicação, aliás, foi um fator que atrapalhou um pouco o trabalho, pois muitas comunidades acabaram não sendo avisadas previamente sobre a realização do levantamento, assim não puderam assegurar que todas as famílias estivessem na comunidade no dia do levantamento. Outro problema

foi a eleição municipal. Como o levantamento demorou um pouco mais do que o esperado, algumas comunidades que ficaram por último já estavam esvaziadas quando a equipe chegou. Isso aconteceu tanto no Baixo Uaupés quanto no Tiquié. Por isso, está sendo feita uma nova etapa do levantamento para completar as entrevistas com as comunidades e famílias que não participaram.

Comunidades Yuhupdêh de Cunuri e Castanha

Entre o período de 19 e 27 de setembro foram realizadas em quatro comunidades Yuhupdêh atividades relativas à execução do PGTA. Foram feitas as entrevistas do levantamento nas comunidades yuhup de São Martinho, São Felipe e São Domingos no igarapé Cunuri, afluente do baixo Tiquié, e na comunidade de São Joaquim localizada no igarapé Castanha, afluente do médio rio Tiquié. Também foi realizada uma oficina de sensibilização e mobilização do PGTA nesta última comunidade. O levantamento teve a participação de uma ampla rede de pesquisadores indígenas, assessores, antropólogos, lideranças indígenas, pessoas da comunidade, representantes de instituições governamentais (Funai) e não-governamentais (FOIRN, ISA).

O início da oficina foi dedicado a discutir a legislação referente às conquistas e garantias dos direitos indígenas. Após essa contextualização, apresentou-se os princípios que norteiam a PNGATI de forma a mostrar a importância da participação coletiva na elaboração do Plano de Gestão. Por fim, os participantes elaboraram um quadro geral de diagnóstico relacionando temas, problemas e propostas de soluções.

Diagnóstico Yuhupdêh da Oficina PGTA em São Joaquim, Igarapé Castanha.



Pedro Lolli

Desse quadro destaca-se alguns problemas comuns apontados em outros diagnósticos, sobretudo com os Hupd'äh. Um deles relaciona-se as **longas estadias desses povos na cidade de São Gabriel da Cachoeira** para retirada e regularização de documentos e participação de programas de benefícios sociais. A estadia prolongada acarreta vários problemas. Devido ao alto custo de vida, as pessoas tem dificuldade com provimento de alimentação. Por conta disso, acabam se endividando com comerciantes locais que retêm seus cartões de benefícios. Outro ponto destacado é que há um consumo excessivo de bebida alcoólica na cidade. E além disso, a **falta de local apropriado e péssimas condições de instalação para a permanência das famílias nas cidades têm gerado um aumento de doenças**. Diante desses problemas as propostas indicadas foram: a) construção de uma casa de apoio específica para os povos Hupd'äh e Yuhupdêh; b) um atendimento também específico das instituições de serviços e apoio: Funai, DSEI,

Prefeitura, CRAS, de forma a agilizar os processos e com isso diminuir o tempo de permanência na cidade. **A falta de radiofonias, de agentes de saúde das comunidades e a ausência de atendimento frequente do DSEI-RN** também foram apontados como graves problemas locais. Nesse sentido, a comunidade reivindica a contratação de um agente de saúde próprio, a reinstalação da radiofonia e uma frequência regular das visitas da equipe de saúde.

Os demais problemas tem a ver com condições precárias nas escolas: edificações e merenda, sobretudo, e dificuldades com o descarte de lixo, produzido a partir das embalagens de mercadorias.

Os anciãos da comunidade de São Joaquim ressaltaram a importância da comunidade valorizar e resgatar alguns instrumentos: tambor, casco de jabuti, yapurutu **e ornamentos de danças**. Bem como, as **técnicas de caça com zarabatana**.

Em uma primeira análise o trabalho evidenciou a diversidade linguística e étnica da região. Foram entrevistados falantes de Baniwa, Dow, Hupd'äh, Nhengatu, Tukano, Desano, Barasano e Tuyuka.

Entorno de São Gabriel da Cachoeira

O entorno de São Gabriel da Cachoeira é uma área que combina ocupação tradicional à migração recente. Muitas famílias construíram seus sítios e comunidades aos arredores do centro urbano, que cresceu exponencialmente nos últimos 30 anos, para um acesso mais direto a serviços, principalmente relacionados a educação e geração de renda. Outras famílias tradicionalmente habitam a região, sendo moradores por diversas gerações. Para este trabalho a equipe de pesquisa (Alcimar Rezende, Miguel Pena, Wilde Itaborahy, Renato Soares, Mauro Pedrosa e Rosivaldo Miranda) realizou cerca de 10 viagens com a equipe se dividindo em dois grupos. O trabalho se resumiu a reuniões com as comunidades com horário pré-determinado por elas e visitas aos sítios começando pelo Ilha do Acará e subindo o rio Negro até a comunidade de Yawawira. Durante as reuniões comunitárias se incentivou que um(a) membro(a) da comunidade preenchesse o formulário em papel para que mantivessem uma cópia das informações. Todos os dados foram registrados via ODK (*Open Data Kit*), nos tablets.

Em uma primeira análise o trabalho evidenciou **a diversidade linguística e étnica da região**. Foram entrevistados falantes de Baniwa, Dow, Hupd'äh, Nhengatu, Tukano, Desano, Barasano e Tuyuka.

As comunidades variam de ocupações tradicionais, onde os avós dos atuais moradores já viviam, a espaços construídos nos últimos três anos. É notável também a relação com a cidade sendo que quase todos os locais visitados realizam via-

gens frequentes ao centro urbano seja para cursar o ensino médio, uma vez que a mais alta série ofertada nas comunidades é a 9ª, para vender produtos da roça ou atualizar cadastros e receber benefícios sociais. Finalmente, aponta-se para a migração crescente a esta região. Miguel Pena, morador da região desde 1970, e colaborador do levantamento disse ter ficado impressionado com quantos sítios novos apareceram. Há inclusive igarapés e caminhos que hoje estão ocupados e que são pouco conhecidos mesmo por quem mora na região.

No geral, as comunidades têm escolas mantidas por elas mesmas e no melhor cenário contam com dois professores. Sobre a saúde, é a minoria das comunidades que possui um agente de saúde indígena (AIS) e a visita da equipe técnica acontece cerca de 2 vezes por ano. Nos sítios a visita não acontece e os moradores devem comparecer às comunidades mais próximas caso precisem ser atendidos. No entanto, a comunicação é por vezes tão dificultosa quanto em qualquer comunidade alguns dias rio acima ou abaixo da cidade. **Somente uma comunidade que visitamos possuía radiofonia em funcionamento e nenhuma dispõe de orlhão que funcione.** No questionário familiar, vimos que **a maioria tem roças próximas e construídas em matas primárias ou capoeiras, o peixe no entanto não é tão disponível e quase todos entrevistados percebem a diminuição no tamanho e na quantidade deles.**

Como continuação do trabalho de levantamento há ainda viagens que deverão ser feitas para visitar os sítios onde não encontramos pessoas e que a equipe não sabia de sua existência

Nestas conversas e discussões ficou claro que o tema da demarcação de terra ainda é mal esclarecido e discutido na região com desinformações tanto dos apoiadores como das pessoas contrárias à demarcação.

previamente. Como a maioria das comunidades não possui um agente indígena de saúde, foi preciso realizar o censo populacional para que esse depois possa ser comparado com a base mantida pelo DSEI-ARN, diferentemente do trabalho de revisão do censo do DSEI feito nas demais sub-regiões do levantamento.

Alto Rio Negro e Xié

No início de setembro o barco Tawa VI e uma voadeira saíram de São Gabriel da Cachoeira com os pesquisadores Antonio Baltazar, Nilson Farias, Pascoal Gonçalves e Alberto Camico. Esta equipe se dividiu inicialmente em duas frentes, uma que trabalharia o rio Xié e a outra que, descendo, iria de Cucuí à foz do Xié. Após esta etapa, se reuniram e percorreram todas as comunidades da foz do rio Xié até a Ilha das Flores.

Território predominantemente Barémas com forte presença Werekena e de outras etnias do Rio Negro. Nesta região localiza-se o distrito de Cucuí que conta com uma estrutura urbana

básica, pelotão de fronteira, 4 bairros e é vizinho da comunidade de São José. Para o levantamento no distrito uma equipe auxiliar que contou com Adeline Sampaio, Renato Martelli e Wilde Itaborahy apoiou o trabalho que durou cerca de uma semana. Nestas conversas e discussões ficou claro que o tema da demarcação de terra ainda é mal esclarecido e discutido na região com desinformações tanto dos apoiadores como das pessoas contrárias à demarcação. Cucuí fica na Terra Indígena Cué Cué Marabitanas cujo processo de demarcação ainda não foi finalizado. Apesar de declarada em 2013, o território ainda precisa passar por uma etapa de demarcação física – facilitada pelos limites marcados por picadas já abertas, na BR 307 e no rio Negro – e pela sua homologação. No entanto, os moradores colaboraram e o levantamento conseguiu chegar à maioria das famílias.

Nas seis semanas que se seguiram os pesquisadores visitaram ininterruptamente todas as comunidades e sítios da



Renato Martelli Soares/ISA

Adeline Sampaio realiza entrevista familiar no distrito de Cucuí.

"O levantamento trouxe novidades como comunidades e sítios anteriormente desconhecidos, famílias com diferentes trajetórias e uma complexa dinâmica de migração na própria Terra Indígena".

região em um trabalho que surpreendeu os próprios moradores da região. De acordo com o pesquisador Pascoal Gonçalves a recepção dos moradores foi positiva e o fato dos pesquisadores serem pessoas daquela região ajudou em muito essa cooperação. Outro fato apontado por ele é que, mesmo vivendo sua vida toda naquela região, **o levantamento trouxe novidades como comunidades e sítios anteriormente desconhecidos, famílias com diferentes trajetórias e uma complexa dinâmica de migração na própria Terra Indígena.** No entanto, como parte do trabalho foi realizado no período antes da eleição municipal houve poucos que decidiram não participar uma vez que o candidato com quem tinham fechado apoio era contrário às instituições participantes da elaboração do PGTA. Apesar de raro, este fato aponta para grupos que se articulam diretamente contra o avanço da gestão em Terras Indígenas, muitas vezes disseminando informações contrárias àquelas determinadas por lei

Vamberto Rodrigues preenchendo formulário de entrevista do levantamento no tablet.



Camila Barra / ISA

e discutidas coletivamente. Finalmente, este trabalho foi também visto como uma possibilidade de colocar a região em foco uma vez que é baixa a presença das instituições do governo e da sociedade civil, especialmente no rio Xié.

Rio Içana e Rio Ayari

Texto do pesquisador João da Silva

Quando se trata de Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial das Terras Indígenas é um desafio para os Baniwa conforme o próprio decreto que pretende reforçar, os direitos assegurados pela constituição Federal de 1988. Após o treinamento no final de agosto, onde manuseamos os equipamentos de pesquisa, foi feito um planejamento pela equipe de pesquisadores de como atuariam e trabalhariam nas suas respectivas comunidades. De acordo com nosso planejamento para a região do Médio Içana II, iniciamos o trabalho dia 19 de setembro de 2016 com a entrega das cartas explicando às comunidades o meio de construção do Plano de Gestão Territorial Ambiental para as comunidades e ao povo Baniwa. Na sequência, visitamos as comunidades de acordo com as datas marcadas. Trabalhar nas comunidades não é fácil, mas sempre bom por que ali podemos trocar informações importantes para o desenvolvimento do trabalho que é a pesquisa de levantamento do PGTA, além disso adquirimos experiências tanto para o plano quanto para vida profissional. A pesquisa foi realizada com sucesso. Conseguimos trabalhar de acordo com nosso planejamento cumprindo nosso cronograma. A maior parte das entrevistas foi feita pela manhã, aproveitávamos o tempo antes das



Camila Barra / ISA

Lucas R. da Silva anima a participação de jovens na discussão de PGTA na comunidade de Itapereira, no Médio Rio Negro.

*peças irem para seus afazeres. É logo cedo que as comunidades fazem uma refeição coletiva e é um bom momento para conversar. Das treze comunidades visitadas, somente uma não aceitou a realização da pesquisa pois entenderam que estaríamos beneficiando somente a nós. Mas no geral o trabalho foi recebido como positivo pois era uma forma de se preparar para novos desafios. Também tivemos apoio das lideranças e de pessoas que participaram de discussões sobre PNÇATI o que facilitou o trabalho. **Buscamos que o resultado apresentado seja fruto da avaliação e das pesquisas já realizadas a partir da reflexão sobre o bem viver Baniwa e sobre como esse conceito se relaciona com os PGTAs.** O bem viver é o foco e tema principal.*

Texto do pesquisador Silvério Silva Lima

Para a região do Ayari, o PGTA não é uma novidade. Muitos entenderam que nossos antepassados tinham o seu plano bem organizado e com respeito a todas as coisas que a natureza oferece. Sabiam como valorizar, preservar e gerir a sua terra como patrimônio. Nessa atividade de levantamento de informações, as comunidades acreditam que estamos avançando nosso desafio de governar e viver bem na nossa terra. A região do Ayari abrange 17 comunidades e 3 sítios e fica localizada na Terra Indígena do Alto Rio Negro. Os pesquisadores conseguiram fazer as entrevistas em todas comunidades. A maioria das comunidades acredita que este plano é o sonho de muitos anos e por isso confiam no trabalho do movimento indígena com FOIRN, ISA e Funai articulando este trabalho. Por isso as comunidades recomendaram que essa construção não pare e chegue à sua conclusão. Não encontramos nenhuma comunidade que não concordou com a pesquisa. O levantamento foi desenvolvido por três pesquisadores, Orlando Fontes, Walter da Silva, Armino Francisco e eu como coordenador.

"Nós moradores e moradoras da região estamos participando desse levantamento e quem melhor conhece o problema é quem vive nas comunidades de bases".

"Os grupos de trabalhos foram muito importantes como ferramenta na coleta de dados sobre as prioridades das comunidades, nele observamos as diferentes opiniões das pessoas que residem na comunidade".

Médio Rio Negro

Texto da pesquisadora Eucimar dos Santos Aires

Bom dia!

No período de 16 de setembro a 20 de outubro do corrente ano, nós pesquisadores da regional CAIMBRN (Coordenação das Associações Indígenas do Médio e Baixo Rio Negro) estávamos em área para o levantamento de pesquisas do PGTA, dentro dos limites das terras demarcadas que abrange uma parte de São Gabriel e outra parte de Santa Isabel do Rio Negro. As associações em que foram feitas as pesquisas foram AHKÓIWI (Associação Indígena Água e Terra), ACIBRN (Associação das Comunidades Indígenas do Baixo Rio Negro) e ACIR (Associação das Comunidades Indígenas e Ribeirinhas) no total de 35 comunidades com diversas etnias. Para esse trabalho de levantamento do PGTA, nas associações foram designados 6 pesquisadores, 2 por associação dentro das Terras Indígenas. Da associação AHKÓIWI: Eucimar dos Santos e Everaldo Garcia, da ACIBRN: Madalena Costa Horácio e Lucas R. da Silva, e da ACIR: Vamberto Plácido Rodrigues e Cleocimara Reis Gomes. Nas terras das Associações AHKÓIWI, ACIBRN e ACIR, foi muito importante fazer esse trabalho pois percebemos que nas comunidades existem vários tipos de problemáticas, existem também expectativas de melhorias dos comunitários em relação a seus desafios. Que para estes possam ser tomadas as providências cabíveis pelo governo seja ele, federal, estadual e principalmente municipal.

Tivemos bastante participação das pessoas: jovens, mulheres e lideranças das comunidades. Contamos também muito

com o apoio de alguns professores que tiveram capacitação em relação a PNQATI, isso favoreceu bastante o entendimento das pessoas. Conseguimos chegar em todas as comunidades, ficamos muito satisfeitos porque conseguimos o nosso objetivo.

Para nós foi muito proveitoso passar comunidade por comunidade, conversando, repassando informações, trocando ideias e principalmente vendo de perto a realidade e as problemáticas de cada comunidade. Percebe-se o quanto é preocupante a realidade das nossas comunidades, as demandas são muitas e as propostas são poucas nas comunidades. Mesmo nas próximas da cidade a ausência do poder público é bastante visível, tanto na questão do território onde a infraestrutura das comunidades está péssima, falta muito a ser feito, quanto na questão ambiental. O acúmulo de lixo e despejo desorganizado do destino do mesmo é preocupante. A expectativa das lideranças é que as prioridades das comunidades sejam levadas em conta, **que essa pesquisa não seja mais um documento que vai ficar somente no papel para ser guardado**, mais que saia do papel e traga retorno para a melhoria das comunidades da CAIMBRN. Observou-se que tanto nas comunidades da associação: AHKÓIWI, quanto da ACIBRN e da ACIR os problemas detectados durante esse levantamento são os mesmos na educação: construção de escola nas comunidades pois ainda existem alunos que estudam em casa de palha construídas pelos comunitários ou se tem escola está em estado crítico. As maiores problemáticas na saúde são: **falta de saneamento básico, água potável para consumo, falta de reformas**

dos polos bases que estão caindo aos pedaços e não tem condições de realizar atendimento de pacientes, construção de banheiros familiares. **A saúde e a educação se destacaram e estão em situação de calamidade pública, a fiscalização também entra nessa questão pois existe grande índice de invasão dentro do território**, não estão respeitando os moradores das comunidades. Muitos entram sem permissão para realizar a pesca predatória. A preocupação dos pais em relação ao futuro da juventude e das crianças é imensa. Os grupos de trabalhos foram muito importantes como ferramenta na coleta de dados sobre as prioridades das comunidades, nele observamos as diferentes opiniões das pessoas que residem na comunidade.

Para os Grupos de Trabalho, dividimos os moradores das comunidades em 3 grupos: homens, mulheres e jovens. Foi notório ver a grande diferença entre os grupos. **Nos trabalhos feitos pelos jovens, por exemplo, eles especificam claramente a preocupação em relação ao estudo, ingresso em faculdade e, entre outros, o ensino de qualidade; já o grupo constituído pelas mulheres: elas estão preocupadas com a questão do saneamento básico, água de qualidade e destino desorganizado do lixo; e o grupo formado pelos homens, está preocupado com tudo que diz respeito ao território e o ambiente.** Ahamos muito importante fazer essa divisão, e com isso acabamos percebendo como é diferente as formas de pensar e como estão percebendo as problemáticas e prioridades das comunidades. E assim percebemos quanto a participação das mulheres e dos jovens é muito

importante para que seja dado um bom direcionamento da pesquisa. As perspectivas em relação às problemáticas são muitas, e deixamos claro para as pessoas que isso não se resolverá de uma hora para outra, e que isso requer tempo mas que vale a pena. Nós moradores e moradoras da região estamos participando desse levantamento e quem melhor conhece o problema é quem vive nas comunidades de bases. Com isso o PGTA é uma porta de entrada para se chegar a um resultados e assim poder seguir em frente dando os próximos passos para que sejam cumpridas as políticas públicas. Contamos com os parceiros que estão à frente da pesquisa. Nós como pesquisadores, achamos que o tempo foi muito curto para realizar essa pesquisa, foi meio corrido, e teve comunidades que queriam que fosse feito em 2 dias porque achavam que deveria ser bem discutido e mais explicada sobre a política da PNQATI, pois em algumas comunidades nunca ouviram falar dessa lei e para eles deveria ser mais especificado. Mas conseguimos direcionar bem a ideia e a importância da construção do plano de gestão territorial e ambiental e porque estávamos fazendo o trabalho, mesmo com isso tudo o resultado foi positivo, tivemos boas experiências fazendo esse trabalho. Todos nós, os 6 pesquisadores estamos gratos por fazer parte dessa política de coletas de dados dentro do nosso território, e que possamos sempre estar, levando retorno do andamento dessa pesquisa para as nossas comunidades de bases e assim conseguir bons resultados.

Grata pela atenção!

Próximos passos

Agenda e prioridades no processo de elaboração dos PGTAs para os próximos meses

Reuniões de planejamento entre parceiros FOIRN/Coordenadoria, ISA, Funai e constituição de um Conselho Político para a gestão da agenda de elaboração dos PGTAs. Pretende-se que esse Conselho se reúna regularmente em São Gabriel da Cachoeira com pautas previamente definidas e encaminhamentos registrados. Sistematização e avaliação prévia dos dados levantados nas comunidades e por meio das pesquisas bibliográficas e documentais.

Reunião de Grupos de Trabalhos (GTs) em São Gabriel da Cachoeira para a elaboração das versões preliminares dos PGTAs a serem apresentados nas oficinas de consulta. Participam desses GTs equipe ISA, FOIRN e Funai, consultores antropólogos especialistas e parte os coordenadores indígenas de pesquisa. Produção de **resumo da primeira versão dos PGTAs** para ser divulgado nas consultas a serem realizadas no próximo ciclo em comunidades estratégicas.

Governança do processo

A gestão política e executiva dessa agenda será realizada por meio de diferentes instâncias organizadas conforme esse organograma:



Renato Martelli Soares/ISA

Almerinda Ramos de Lima, presidente da FOIRN, dando as boas vindas aos pesquisadores durante treinamento no telecentro do ISA.

Passo a Passo em 3 anos

Reuniões da Comissão de Gestão, Publicações da Série Governança e Bem Viver Indígena: Planos de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas do Alto e Médio Rio Negro

Ano 1

1. Levantamento e organização de dados e iniciativas relacionadas à gestão ambiental e territorial. ✓
2. Identificação e mobilização de uma **equipe de pesquisadores indígenas**: coordenadores e animadores responsáveis pelas etapas em suas respectivas regiões de origem. ✓
3. Levantamento de dados populacionais e sobre economia, saúde e educação **nas comunidades**. ✓
4. Organização e análises dos dados levantados e produção de documentos bases.
5. Encontro I dos **Grupos de Trabalho (GT)** para a elaboração dos documentos preliminares dos PGTAs. 3 GTs para as diferentes TIs: I. TIs do Médio Rio Negro; II. TIs Cué-cué Marabitanas e Balaio e III. TIs Alto Rio Negro e Apapóris. Todos discutem a atualização do Programa Regional de Desenvolvimento Indígena Sustentável (PRDIS).

Ano 2

6. Consultas ampliadas em **comunidades estratégicas** a partir dos documentos resultantes dos GTs.
7. Encontro II dos 3 Grupos de Trabalho (GT) para redação dos documentos PGTAs a partir das discussões das consultas.

Ano 3

8. Produção de **resumos e traduções dos PGTAs** nas línguas indígenas.
9. Validação dos PGTAs e resumos nas **Assembleias sub-regionais da FOIRN**.
10. Publicação e **ampla divulgação** dos PGTAs para as comunidades.

Fórum Consultivo: com reuniões e informes aos parceiros institucionais



Expediente

Organização: Carla Dias e Renato Martelli Soares.

Textos: Bruno Marques, Diego Rosa Pedroso, Eucimar dos Santos Aires, João da Silva, Pedro Augusto Loli, Pieter Van der Veld, Renato Martelli Soares e Silvério Silva Lima.

Pesquisa e tratamento de imagens: Claudio Tavares.

Revisão: Aline Scolfaro e Carla Dias.

Mapa: Renata Alves/ Lab. Geo ISA.

Design Gráfico: Roberto Strauss.

Foto da Capa: Peter Van der Veld/ ISA.

Realização:



Apoiadores:

